Política de Saúde

Remédio Santo: advogado lamenta decisão da PGR

24/02/2014 - 15:39

Um dos advogados dos 18 arguidos do processo "Remédio Santo", acusados de burlar o Serviço Nacional de Saúde em quatro milhões de euros, lamentou na passada sexta-feira a decisão da Procuradoria-Geral da República, que pôs fim a acordos de pena, avança a agência Lusa, citada pelo jornal i.

"Tenho pena desta decisão, pois seria um marco histórico e a justiça portuguesa ganharia muito se houvesse este acordo. Os acordos em sentença de pena funcionam muito bem em países como a América ou a Alemanha, e custa-me a perceber que esta solução não seja adoptada em Portugal. Não há vontade, mas espero que esta decisão não seja irredutível", referiu à agência Lusa Dantas Rodrigues, advogado e porta-voz dos restantes colegas, que explicou as vantagens de um eventual acordo.

"Ganhava-se na celeridade e deixava-se de gastar dinheiro no julgamento, que certamente se vai arrastar durante muito tempo. Para haver um acordo de sentença é preciso que o arguido confesse os factos, logo a admissão da culpa está assegurada. Além disso, os lesados ficam protegidos, pois recebem pelo dano causado", salientou o advogado.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) determinou na passada sexta-feira que "os Senhores Magistrados e Agentes do Ministério Público se abstenham de promover ou aceitar a celebração de acordos sobre sentenças penais".

Com a directiva da PGR, o julgamento, que começou na quarta-feira no Tribunal de Monsanto, em Lisboa, e que o colectivo de juízes suspendeu para que as negociações entre o procurador do Ministério Público e os advogados pudessem continuar, com vista a um possível acordo de pena, vai decorrer normalmente a partir de 26 de Fevereiro.

"Como não foi possível haver um acordo, há muitos arguidos que vão querer falar em julgamento já a partir da próxima quarta-feira, começando-se a produção de prova", esclareceu Dantas Rodrigues.

Questionado sobre o facto de os arguidos terem apresentado propostas para acordos de sentenças penais - que implica a assunção de culpa - os poder prejudicar em julgamento, o advogado diz que essa situação "não pode ter nenhuma influência" da decisão final do tribunal.

Os arguidos são suspeitos de pertencerem a uma alegada rede que, através de um suposto esquema de uso fraudulento de receitas, terá lesado o Serviço Nacional de Saúde em cerca de quatro milhões de euros.

Entre os 18 envolvidos estão seis médicos, dois farmacêuticos, sete delegados de informação médica, uma esteticista (ex-delegada de acção médica), um empresário brasileiro e um comerciante de pão.

O médico Luiz Renato Basile é o único arguido em prisão preventiva. Nove outros elementos estão com pulseira electrónica e os restantes encontram-se em liberdade.